

ÍNDICE

	Págs.
PREFÁCIO À 2. ^a EDIÇÃO	5
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO	7
ABREVIATURAS	8
1. Acção e processo	11
2. Formas de processo	15
2.1. Processo comum e processo especial	15
2.2. Alçada do tribunal	22
2.3. Valor da causa	24
2.4. Regime subsidiário	26
3. Fases do processo ordinário	29
4. Os articulados	33
4.1. Conteúdo	33
4.2. Forma	34
4.3. Data	35
4.4. Espécies	36
5. Petição inicial	37
5.1. Conteúdo e forma	37
5.1.1. Pedido	37
5.1.2. Fundamentação do pedido	41
5.1.3. Elementos complementares	44
5.2. Vícios da petição inicial	46
5.2.1. Ineptidão	46
5.2.2. Vício de forma	50
5.2.3. Erro na forma de processo	51

	Págs.
5.3. <i>Actos subsequentes</i>	53
5.3.1. Distribuição.....	53
5.3.2. Despacho liminar.....	55
5.3.3. Registo da acção.....	57
6. <i>Citação</i>	63
6.1. <i>Finalidade, conteúdo e formalidades gerais</i>	63
6.2. <i>Modalidades</i>	64
6.2.1. Enunciação.....	64
6.2.2. Citação por via postal.....	65
6.2.3. Citação por agente de execução ou funcionário judicial.....	66
6.2.4. Citação edital.....	67
6.2.5. Citação promovida por mandatário judicial.....	68
6.2.6. Citação no estrangeiro.....	69
6.3. <i>Oficiosidade e intervenção do juiz</i>	70
6.4. <i>Espécies</i>	70
6.5. <i>Efeitos</i>	73
6.6. <i>Nulidades e falsidade do acto de citação</i>	76
6.6.1. Falta e nulidade.....	76
6.6.2. Regimes da falta e da nulidade.....	77
6.6.3. Falsidade.....	80
7. <i>Contestação</i>	83
7.1. <i>Prazo</i>	83
7.2. <i>Ónus da contestação e revelia</i>	84
7.2.1. Noção.....	84
7.2.2. Regime-regra da revelia.....	85
7.2.3. Excepções.....	87
7.2.4. Tramitação subsequente à revelia.....	90
7.3. <i>Conteúdo e forma</i>	91
7.3.1. Sentido material e sentido formal da contestação.....	91
7.3.2. Modalidades de defesa.....	93
7.4. <i>Impugnação dos factos</i>	96
7.4.1. Conceito.....	96
7.4.2. Cominação.....	100
7.5. <i>Excepção</i>	102
7.5.1. Classificação.....	102
7.5.2. Excepção dilatória.....	103

	Págs.
7.5.3. Excepção peremptória.....	109
7.5.4. Excepção propriamente dita e objecção.....	114
7.5.5. Função.....	116
7.6. <i>Contestação da acção de simples apreciação negativa</i>	116
7.7. <i>Reconvenção</i>	117
7.7.1. Em geral.....	117
7.7.2. A compensação.....	119
7.8. <i>Notificação da contestação</i>	125
8. <i>Articulados eventuais</i>	127
8.1. <i>Réplica</i>	127
8.1.1. Funções.....	127
8.1.2. Prazo.....	129
8.1.3. Revelia do reconvindo.....	130
8.1.4. Notificação da réplica.....	130
8.2. <i>Tréplica</i>	130
8.2.1. Função.....	130
8.2.2. Prazo.....	132
9. <i>Articulados supervenientes</i>	133
9.1. <i>Espécies</i>	133
9.2. <i>A garantia do direito ao contraditório</i>	134
9.3. <i>O completamento de articulados deficientes</i>	135
9.3.1. Quando tem lugar.....	135
9.3.2. Regime.....	136
9.4. <i>Os factos supervenientes</i>	137
9.4.1. Quando são admissíveis.....	137
9.4.2. Regime.....	139
9.5. <i>Outras peças supervenientes</i>	140
10. <i>A condensação</i>	141
11. <i>Despacho pré-saneador</i>	145
11.1. <i>Função</i>	145
11.2. <i>Sanação da falta de pressupostos processuais</i>	147
11.3. <i>Correcção das irregularidades dos articulados</i>	149
11.3.1. Falta de requisitos formais.....	149
11.3.2. Falta de documento essencial.....	150
11.3.3. Regime.....	154

	Págs.
12. Audiência preliminar	157
12.1. Designação.....	157
12.2. Finalidades.....	158
12.3. Objecto complementar.....	163
13. Despacho saneador e selecção da matéria de facto	167
13.1. Despacho saneador.....	167
13.1.1. Função.....	167
13.1.2. Conhecimento das excepções dilatórias.....	168
13.1.3. Conhecimento de nulidades processuais.....	170
13.1.4. Conhecimento de mérito.....	171
13.1.5. Valor do despacho saneador.....	175
13.2. Factos assentes e base probatória.....	176
13.2.1. Objecto e critério da selecção.....	176
13.2.2. Matéria de facto e matéria de direito.....	180
13.2.3. Valor da selecção.....	182
13.3. Preparação das fases seguintes.....	185
14. A instrução	189
14.1. Noção de prova.....	189
14.1.1. Acepções.....	189
14.1.2. Fonte de prova e factor probatório.....	189
14.1.3. A prova como resultado.....	192
14.2. Objecto da prova.....	193
14.3. Ónus da prova.....	195
14.3.1. Articulação com o ónus da alegação.....	195
14.3.2. Alcance.....	198
14.4. Valor dos meios de prova.....	199
14.5. Direito probatório material e direito probatório formal.....	201
14.5.1. Natureza material do meio de prova.....	201
14.5.2. Procedimento probatório.....	203
14.5.3. Registo da prova.....	206
14.5.4. Valor extraprocessual da prova.....	208
14.6. Elenco dos meios de prova.....	210

	Págs.
15. Prova documental	213
15.1. Conceito e classificação dos documentos.....	213
15.1.1. Conceito.....	213
15.1.2. Classificação.....	215
15.2. Documentos escritos.....	216
15.2.1. Documentos autênticos.....	216
15.2.2. Documentos particulares.....	221
15.2.3. Documentos electrónicos.....	227
15.2.4. Cópias.....	229
15.3. Documentos não escritos.....	233
15.4. Proposição e admissão da prova documental.....	235
15.5. Legalização do documento passado em país estrangeiro.....	237
16. Prova por confissão	239
16.1. Conceito e modalidades.....	239
16.1.1. Conceito.....	239
16.1.2. Modalidades.....	242
16.2. Confissão com força probatória plena.....	244
16.2.1. Requisitos.....	244
16.2.2. Irretractabilidade.....	249
16.2.3. Impugnabilidade.....	250
16.2.4. Indivisibilidade.....	255
16.3. Confissão com força de prova livre.....	258
16.4. Produção da confissão judicial.....	259
17. Prova testemunhal	263
17.1. Admissibilidade e direito de escusa.....	263
17.1.1. Admissibilidade.....	263
17.1.2. Direito de escusa.....	268
17.2. Valor probatório.....	268
17.3. Procedimento probatório.....	269
17.3.1. Proposição e admissão.....	269
17.3.2. Produção.....	272

	Págs.
18. Prova pericial	277
18.1. <i>Função</i>	277
18.2. <i>O perito</i>	278
18.3. <i>Procedimento probatório</i>	279
18.3.1. <i>Proposição e admissão</i>	279
18.3.2. <i>Produção</i>	280
18.4. <i>Valor probatório</i>	281
19. Meios de prova de âmbito processual	283
19.1. <i>Inspecção</i>	283
19.2. <i>Outras provas</i>	284
20. Discussão e julgamento de facto	287
20.1. <i>Audiência final</i>	287
20.1.1. <i>Conteúdo</i>	287
20.1.2. <i>Tribunal singular e tribunal colectivo</i>	288
20.1.3. <i>Factos a apurar na audiência</i>	290
20.1.4. <i>Procedimento</i>	292
20.2. <i>Discussão da matéria de facto</i>	294
20.3. <i>Julgamento da matéria de facto</i>	295
20.3.1. <i>Decisão</i>	295
20.3.2. <i>Reclamação</i>	297
21. Discussão e julgamento de direito	299
21.1. <i>Alegações de direito</i>	299
21.2. <i>Sentença</i>	300
21.2.1. <i>Conteúdo</i>	300
21.2.2. <i>Estrutura</i>	307
21.2.3. <i>Notificação</i>	310
21.3. <i>Vícios da sentença</i>	310
21.3.1. <i>Elenco</i>	310
21.3.2. <i>Nulidades</i>	313
21.3.3. <i>Anulabilidade</i>	314
21.3.4. <i>Rectificação e aclaração</i>	317
21.3.5. <i>Reforma</i>	319

	Págs.
21.4. <i>Efeitos da sentença</i>	320
21.4.1. <i>Enunciação</i>	320
21.4.2. <i>Esgotamento do poder jurisdicional</i>	320
21.4.3. <i>Exequibilidade</i>	321
21.4.4. <i>Hipoteca judicial</i>	321
21.4.5. <i>Efeitos laterais de direito material</i>	322
21.5. <i>Registo da sentença</i>	322
22. Processo sumário	325
22.1. <i>Fase dos articulados</i>	325
22.1.1. <i>Especialidades</i>	325
22.1.2. <i>Resposta à contestação ou reconvenção</i>	325
22.1.3. <i>Prazos</i>	326
22.1.4. <i>Revelia</i>	327
22.2. <i>Fase da condensação</i>	327
22.2.1. <i>Especialidades</i>	327
22.2.2. <i>Audiência preliminar</i>	328
22.2.3. <i>Seleção da matéria de facto</i>	328
22.3. <i>Fase da instrução</i>	329
22.4. <i>Fase da discussão e julgamento</i>	330
23. Processo sumaríssimo	331
23.1. <i>Fases</i>	331
23.2. <i>Fase dos articulados</i>	332
23.2.1. <i>Os articulados</i>	332
23.2.2. <i>O despacho do art. 795</i>	334
23.3. <i>Audiência final</i>	336
23.4. <i>Os processos especiais do DL 269/98</i>	338
23.4.1. <i>Disposições gerais</i>	338
23.4.2. <i>O processo especial da acção declarativa</i>	341
23.4.3. <i>O processo de injunção</i>	342
24. Regime processual experimental	347
BIBLIOGRAFIA	351